

JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos e, por meio de sua controlada Real Empreendimentos S.A., na administração de imóveis e no comércio imobiliário.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração, em 08 de março de 2013.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

- As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pela edição de pronunciamentos por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e normas brasileiras aprovadas pelo CFC- Conselho Federal de Contabilidade.

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Nas demonstrações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas:

- Real Empreendimentos S/A- (direta)
- Josapar Internacional-(direta)
- Copérnico S/A- (indireta)
- Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda- (indireta)
- Real Rio Grande Ltda- (indireta)
- Shopping João Pessoa S/A- (indireta)

A demonstração do resultado abrangente não foi apresentada por não ser aplicável para a empresa.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

As receitas provenientes da venda de bens são reconhecidas quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c) Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 5, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 46 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

d) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado.

e) Imobilizado, intangível e diferido

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica.

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador

independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

A política de distribuição de lucros, não leva em conta, o impactos da adoção dos CPCs.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº10, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Amortização do diferido, pelo método linear, a taxas anuais é de 10%. Conforme permitido pela Lei 11.941/09, a empresa optou por continuar amortizando os saldos do diferido até atingir sua amortização total.

A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

f) Investimentos

Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representados por imóveis pertencentes à controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício.

g) Imposto de Renda e contribuição social

Estão calculados com base no lucro real, sendo Imposto de Renda à alíquota de 15% mais 10% de adicional, e contribuição social de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

h) Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

i) Provisões para Contingências

A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

j) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 9, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

k) Moeda

Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da Companhia e sua controlada as expõem a alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico que segue políticas previamente estabelecidas no sentido de proteger sua integridade financeira e operacional.

Riscos cambiais decorrentes de operações de compra e venda no mercado externo estão completamente atrelados a prazos e volumes que se equivalem, o que forma uma proteção natural para eventuais variações futuras.

Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde se toma por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O prazo médio de recebimento no fechamento do trimestre encontra-se em 46 dias e a perda reconhecida no trimestre foi de 0,07% sobre o faturamento.

Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à variação taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes financeiros, formando um hedge natural composto por ativos financeiros indexados às mesmas taxas, estoques, clientes e outros recebíveis.

Em atendimento a instrução normativa CVM nº550/08 a companhia e sua controlada procederam uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação a valores de mercado (Impairment).

O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras estão descritos na nota explicativa nº 3, sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação.

O endividamento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano e UMBNDES). O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Ativos				
Aplicações financeiras	4.846	4.447	4.846	4.447
Contas a receber de clientes	11.608	10.348	11.608	10.348
	16.454	14.795	16.454	14.795
Empréstimos e financiamentos	27.811	30.444	27.811	30.444
	27.811	30.444	27.811	30.444
Exposição ativa /passiva líquida	(11.357)	(15.649)	(11.357)	(15.649)

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TJLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a Companhia contratou alguns financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 2.770/00 do Banco Central do Brasil e pela Lei 4.131/62. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a Companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

	Linha	Contratação	Valor	custo		Indexador	31.12.2012	Vencimento
1	2770	30.11.2012	R\$1.360	1,75%	Passivo	CDI	R\$1.377	25.04.2014
	Swap	30.11.2012	USD 670	1,85%	Ativo	US\$		
2	4131	22.09.2011	R\$10.960	123,50%	Passivo	US\$	R\$12.625	16.09.2013
	swap	22.09.2011	USD 5.850	3,20%	Ativo	CDI		
3	4131	21.12.2012	R\$15.000	1,99%	Passivo	CDI	R\$15.028	18.12.2014
	Swap	21.12.2012	USD 7.218	2,77%	Ativo	US\$		
							R\$ 29.030	

Análises de sensibilidade da Companhia perante ao risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2012 em R\$ mil:

Risco: alta do CDI CDI Dez/2012: 7,25% a.a

Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato.

					Cenários		
					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
					manutenção 7,25% CDI aa	> 25% 9,06% CDI aa	> 50% 10,88% CDI aa
Data base	Valor	spread	index	vencimento			
31.12.2012	R\$1.377	1,75%	CDI	25.04.2014	R\$ 1.548	R\$ 1.583	R\$ 1.618
31.12.2012	R\$12.625	123,50%	CDI	16.09.2013	R\$13.428	R\$13.626	R\$13.823
31.12.2012	R\$15.028	1,99%	CDI	18.12.2014	R\$17.967	R\$18.577	R\$19.197
R\$29.030					R\$32.943	R\$33.786	R\$34.638
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato					R\$ 0	R\$ 843	R\$ 1.695

* O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º. da Instrução CVM 475/08.

** Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Clientes nacionais	170.949	125.110	178.282	130.992
Clientes no exterior	11.608	10.348	11.608	10.348
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(916)	(890)	(3.916)	(2.544)
Total	181.641	134.568	185.974	138.796

6. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Adiantamentos fornecedores de arroz	70.859	65.890	70.859	65.890
Adiantamentos fornecedores diversos	2.629	11.364	2.629	11.364
Total	73.488	77.254	73.488	77.254

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Produtos acabados/semi-elaborados	58.719	45.201	58.719	45.201
Mercadorias para revenda	680	24	680	24
Matérias-primas	67.863	53.052	67.863	53.052
Produtos com terceiros	358	2.790	358	2.790
Outros	6.295	5.728	6.295	5.728
Imóveis	-	-	34.998	34.991
Total	133.915	106.795	168.913	141.786

8. IMPOSTOS A RECUPERAR E CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
ATIVO CIRCULANTE				
INSS	433	433	433	433
PIS e COFINS	29.732	35.438	29.787	35.487
ICMS	3.088	3.833	3.088	3.833
IRRF saldo declaração	403	546	551	777
REFIS saldo negativo	-	-	1.958	1.950
IRPJ e CSLL saldo negativo	2.347	2.341	2.390	2.367
Soma	36.003	42.591	38.207	44.847
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
ADIR estadual	229	229	229	229
PIS COFINS e ICMS s/ imobilizado	902	1.152	902	1.152
PIS e COFINS a restituir	-	2.122	-	2.122
Soma	1.131	3.503	1.131	3.503
IRPJ e CSLL diferidos	687	687	1.009	1.055
Total	1.818	4.190	2.140	4.558

Os créditos de PIS e COFINS são oriundos de compras no mercado interno, os quais são substancialmente compensados com outros tributos federais.

Os demais saldos serão compensados nas operações normais da companhia.

9. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre Controladas

	Número de ações	Participação capital social (%)	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro líquido	Juros s/ capital próprio	Equivalência Patrimonial
Real Empreendimentos S/A	185.692	54,75	253.080	49.500	10.996	4.000	3.828
Josapar Internacional	50	100	125	102	(3)	-	(3)

b) Composição dos Investimentos

	Controladora				Consolidado		
	Real Empreendimentos	Josapar Internacional	Outros	TOTAL	Propriedades para investimentos	Outros	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2011	134.897	118	510	135.525	-	3597	3.597
Reflexo controladas	(166)	11	-	(155)	-	(602)	(602)
Equivalência patrimonial	3.828	(3)	-	3.825	-	-	-
Propriedades p/ investimentos	-	-	-	-	273.642	-	273.642
Em 31 de dezembro de 2012	138.559	126	510	139.195	273.642	2.995	276.637

10. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E DIFERIDO

Controladora

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2010	26.052	89.892	220	59.670	16.585	13.668	206.087
Adições	2.240	-	135	3.546	8.243	-	14.164
Baixas	(471)	(288)	(116)	(8.588)	(837)	(228)	(10.528)
Baixa depreciação	-	64	40	1.478	-	47	1.629
Transferências	(1.610)	12.397	3	6.756	(18.369)	661	(162)
Depreciação	-	(2.325)	(34)	(4.594)	-	(1.483)	(8.436)
Valor residual em 31 de dezembro de 2011	26.211	99.740	248	58.268	5.622	12.665	202.754
Adições	28	1	553	5.880	16.264	217	22.943
Baixas	-	-	(313)	(612)	(1.435)	(2)	(2.362)
Baixa depreciação	-	-	328	26	-	4	358
Transferências	-	81	-	876	(1.244)	287	-
Depreciação	-	(2.421)	(67)	(5.020)	-	(1.625)	(9.133)
Valor residual em 31 de dezembro de 2012	26.239	97.401	749	59.418	19.207	11.546	214.560

Consolidado

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2010	206.042	213.585	597	60.169	17.494	13.693	511.580
Adições	2.240	-	633	3.546	8.535	534	15.488
Baixas	(3.219)	(10.465)	(586)	(8.588)	(958)	(228)	(24.044)
Baixa depreciação	-	596	428	1.478	-	47	2.549
Transferência p/ estoque controlada	(33.535)	-	-	-	-	-	(33.535)
Transferências	(1.610)	12.422	(22)	6.756	(18.369)	661	(162)
Depreciação	-	(4.745)	(125)	(4.608)	-	(1.533)	(11.011)
Valor residual em 31 de dezembro de 2011	169.918	211.393	925	58.753	6.702	13.174	460.865
Adições	28	1	1.078	5.881	17.938	933	25.859
Baixas	-	-	(313)	(612)	(1.435)	(2)	(2.362)
Baixa depreciação	-	-	328	26	-	4	358
Propriedades p/ Investimento	(143.707)	(111.653)	-	-	-	-	(255.360)
Transferências	-	81	-	876	(1.244)	287	-
Depreciação	-	(2.421)	(189)	(5.034)	-	(2.123)	(9.767)
Valor residual em 31 de dezembro de 2012	26.239	97.401	1.829	59.890	21.961	12.273	219.593

O saldo de intangíveis está composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Marcas e patentes/ direito de uso	Softwares	Total	Marcas e patentes/ direito de uso	Softwares	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2010	1.613	358	1.971	1.648	358	2.006
Adições	-	8	8	-	9	9
Transferências	-	162	162	-	162	162
Depreciação	-	(331)	(331)	-	(331)	(331)
Valor residual em 31 de dezembro de 2011	1.613	197	1.810	1.648	198	1.846
Adições	213	76	289	213	94	307
Depreciação	-	(132)	(132)	-	(133)	(133)
Valor residual em 31 de dezembro de 2012	1.826	141	1.967	1.861	159	2.020

As taxas de depreciação calculadas pelo método linear foram ajustadas de acordo com a nova vida útil de cada bem:

Imóveis prédios	2,8% a.a
Veículos	20 % a.a
Veículos industriais	10% a.a
Máquinas e equipamentos nacionais e importados	6% e 7% a.a
Móveis e utensílios	10% a.a
Instalações e benfeitorias	10% a.a
Sistemas e equipamentos e informática	33% a.a

A realização da reserva de avaliação patrimonial referente aos NBC TG-27 em 31.12.2012 foi de R\$1.036 empresa e consolidado R\$1.173 (2011 – R\$924), (2011 – R\$ 10.554). As provisões para Imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre a reserva de reavaliação de ativos próprios, de acordo com as alíquotas vigentes.

DIFERIDO

O saldo do diferido em 31 de dezembro de 2012 é de R\$132(R\$165-2011), a amortização no exercício foi de R\$ 33 -(R\$73 -2011), calculada pelo método linear a taxa anual de 10%.

11. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

PASSIVO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
<u>Moeda interna</u>	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Financiamento para investimentos	8.164	9.931	8.440	10.103
Crédito Rural-EGF	40.768	29.014	40.768	29.014
Capital de giro	122.362	154.701	122.362	154.701
Arrendamento mercantil	74	-	205	128
Total	171.368	193.646	171.775	193.946
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamento para investimentos	9.609	8.194	9.609	8.194
Capital de Giro-FINIMP	16.158	22.250	16.158	22.250
Total	25.767	30.444	25.767	30.444
TOTAL CIRCULANTE	197.135	224.090	197.542	224.390
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
<u>Moeda interna</u>				
Financiamento para investimentos	27.759	25.607	28.046	25.722
Capital de giro	237.359	94.227	237.359	94.227
Arrendamento mercantil	92	-	249	277
Total	265.210	119.834	265.654	120.226
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamento para investimentos	2.044	-	2.044	-
Total	2.044	-	2.044	-
TOTAL NÃO CIRCULANTE	267.254	119.834	267.698	120.226
Vencimentos de longo prazo	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
2013	-	71.372	-	71.615
2014	162.771	26.783	163.072	26.910
2015	71.330	16.675	71.473	16.697
2016	17.321	3.965	17.321	3.965
2017	10.876	287	10.876	287
2018	2.063	287	2.063	287
2019	1.089	287	1.089	287
2020	902	89	902	89
2021	902	89	902	89
Total	267.254	119.834	267.698	120.226
	Indexador	Taxa		
Investimentos em moeda nacional	pré-fixado	8,21%	a.a	
Investimentos em moeda nacional	TJLP	3,32%	a.a	
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	1,32%	a.a	
Investimentos em moeda nacional	UMBNDDES	3,80%	a.a	
Investimentos em moeda estrangeira	VC US\$ + Libor	4,25%	a.a	
Capital de Giro-FINIMP	VC US\$	3,09%	a.a	
Crédito Rural-EGF - recursos obrigatórios	pré-fixado	5,50%	a.a	
Capital de Giro	CDI	1,30%	a.a	

a. Empréstimos nacionais:

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 4,5% a.a e 8,70% a.a Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural são contratados a taxa pré-fixada de 5,5%a.a. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária, aval, bens do ativo imobilizado de sua controlada, Real Empreendimentos S.A. e penhor mercantil de estoques para as operações de Crédito Rural.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas das Resoluções 2.770 e 4.131. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (Dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

b. Empréstimos no exterior:

Os financiamentos de importação no Passivo Circulante equivalem a US\$ 7.907 mil, aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

Em Janeiro de 2013 houve consenso entre a Companhia e a IFC quanto à disputa judicial até então vigente. O valor acordado – integralmente provisionado e equivalente a R\$11.653 em 31.12.2012, será pago em quatro parcelas semestrais a partir de Janeiro de 2013, com encargos de Libor + 4,25% aa. Deste montante, R\$9.609 compõem o passivo circulante e R\$2.044 o passivo não circulante.

12. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos decorrentes das operações realizadas durante os exercícios com as partes relacionadas podem ser sumariados como segue:

	Controladora		Consolidado
	Ativo não Circulante	Juros s/ capital próprio	Ativo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	31	2.199	-
Outros	20.118	-	21.484
Em 31.12.2012	20.149	2.199	21.484
Real Empreendimentos S.A.	450	2.198	-
Outros	13.308	-	14.403
Em 31.12.2011	13.758	2.198	14.403

Os saldos do exigível a longo prazo referem-se a contratos de mútuo, sobre os quais incidem encargos financeiros conforme a variação da TJLP.

As transações praticadas com partes relacionadas seguem políticas estabelecidas entre as partes, que poderiam ser diferentes se praticadas entre partes não relacionadas.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRIBUTÁRIAS E TRIBUTOS DIFERIDOS - NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
IR e CSLL s/ depreciação acelerada				
incentivada	953	1.440	1.958	2.486
IRPJ e CSLL diferido(*)	1.080	490	1.080	490
REFIS(**)	11.821	13.881	11.821	13.881
	13.854	15.811	14.859	16.857

As provisões para imposto de renda e contribuição social sobre depreciação acelerada incentivada foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas previstas na legislação tributária em vigor.

(*) Vide nota 14.b

(**) Vide nota 18

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Natureza dos tributos diferidos – Ativo realizável a longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Contribuição social diferida	182	182	267	279
Imposto de renda diferido	505	505	742	776
	<u>687</u>	<u>687</u>	<u>1.009</u>	<u>1.055</u>

b) Natureza dos tributos diferidos – Passivo exigível a longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Contribuição social diferida	286	130	286	130
Imposto de renda diferido	794	360	794	360
	<u>1.080</u>	<u>490</u>	<u>1.080</u>	<u>490</u>

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Corrente				
Contribuição social	(6.844)	(4.521)	(8.017)	(5.513)
Imposto de renda	(18.699)	(12.330)	(21.901)	(15.045)
	<u>(25.543)</u>	<u>(16.851)</u>	<u>(29.918)</u>	<u>(20.558)</u>
Diferido				
Contribuição social	(156)	(130)	(168)	(32)
Imposto de renda	(434)	(360)	(468)	(90)
	<u>(590)</u>	<u>(490)</u>	<u>(636)</u>	<u>(122)</u>
	<u>(26.133)</u>	<u>(17.341)</u>	<u>(30.554)</u>	<u>(20.680)</u>

d) Conciliação do imposto de renda e contribuição social do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Resultado antes da CS e do IR	59.721	36.031	69.111	42.958
Eliminações/ajustes efeito controlada	-	-	6.696	4.358
	<u>59.721</u>	<u>36.031</u>	<u>75.807</u>	<u>47.316</u>
Despesa tributária pela alíquota oficial (IR – 25%; CS – 9%)	(20.305)	(12.250)	(25.774)	(16.088)
Exclusões (adições) permanentes	81	(577)	1.070	(127)
Exclusões (adições) temporárias	(6.393)	(4.859)	(6.393)	(4.859)
Outros	484	345	543	394
	<u>(26.133)</u>	<u>(17.341)</u>	<u>(30.554)</u>	<u>(20.680)</u>

A Companhia reconheceu em exercícios anteriores, créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre saldos de variação cambial diferido, conforme a Deliberação CVM nº. 371/02, os quais possuem previsão de realização de acordo com os vencimentos dos contratos em moeda estrangeira.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital

O Capital Social é de R\$120.000, subscrito e integralizado e é composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b. Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício.

Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício.

Demonstração do cálculo dos dividendos submetidos à aprovação da Assembléia:

	31.12.2012	31.12.2011
Lucro líquido do exercício	33.588	18.690
Reserva legal	(1.679)	(934)
Lucro líquido para cálculo dos dividendos	31.909	17.756
Dividendos propostos - 30%	9.573	5.327

Os dividendos propostos correspondem a R\$903,47 (R\$502,74-2011) por lote de mil ações ordinárias e R\$993,81 (R\$553,02-2011) por lote de mil ações preferenciais.

16. GASTOS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
Por função:	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Custos dos produtos	(645.380)	(498.483)	(645.419)	(500.903)
Despesas c/vendas	(136.588)	(120.970)	(136.668)	(121.044)
Despesas gerais administrativas	(62.341)	(48.059)	(73.662)	(58.357)
Outras receitas	5.408	4.141	9.736	6.705
	(838.901)	(663.371)	(846.013)	(673.599)

	Controladora		Consolidado	
Por natureza:	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Depreciações e amortizações	(8.940)	(8.840)	(9.575)	(11.415)
Despesas c/pessoal	(51.945)	(43.936)	(56.867)	(49.426)
Matérias primas e materiais	(516.028)	(385.058)	(516.099)	(385.524)
Frete	(88.092)	(77.619)	(88.094)	(77.621)
Outras	(173.896)	(147.918)	(175.378)	(149.613)
	(838.901)	(663.371)	(846.013)	(673.599)

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Total M\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e lucros cessantes	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento danos elétricos e demais riscos	Patrimonial	115.000	Junho 2013
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos e danos morais.	RC	1.000	Junho 2013
Responsabilidade Civil	Administradores	RC D&O	5.000	Junho 2013
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho 2013
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000 cabotagem 400 rodoviário	Agosto 2013
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional	US\$ 5.000	Agosto 2013

18. PLANO DE READEQUAÇÃO FISCAL

Em 2009 a empresa aderiu ao programa Refis IV, instituído pela Lei 11.941/2009, incluindo débitos pendentes de liquidação por falta de homologação da compensação de créditos por parte da RFB, que ainda encontram-se em discussão até esta data.

A Companhia optou por não incluir o saldo remanescente do PAES, Lei 10.864/03, apresentado no passivo circulante, no montante de R\$343.

O Refis IV (Refis da Crise), apesar de ter seu prazo de consolidação encerrado em 30 de junho de 2011, ainda aguarda algumas pendências que serão decididas em processos administrativos ou judiciais, conforme as características de cada empresa e as composições e particularidades de cada modalidade aderida. No caso da Josapar, não foi possível consolidar os débitos pretendidos liquidar com saldos de depósitos judiciais, em virtude da ausência desta possibilidade nos dispositivos informatizados disponibilizados no sítio da RFB. Por este motivo, adotando posição conservadora, a empresa optou por consolidar todos os seus débitos na modalidade de parcelamento em 180 meses, incluídos os pretendidos liquidar a vista, com saldos de depósitos judiciais e com créditos de prejuízos fiscais, ou de bases negativas da contribuição social. Tempestivamente encaminhou processos administrativos paralelos para ver reconhecidos tais valores pagos a vista, seus créditos oriundos de prejuízos fiscais e de bases negativas da contribuição social, bem como os saldos remanescentes de depósitos judiciais vinculados a processos inclusos neste programa. Após concluída a consolidação do Refis IV da Josapar, nos moldes como descrito acima, sua composição em 31 de dezembro de 2011 ficou em R\$34.340, já líquidos dos benefícios de redução de multas e juros proporcionados pela Lei 11.941/2009, conforme regulamentado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09.

Em 31 de dezembro de 2012 o montante do parcelamento é de R\$12.938(R\$15.080 em 31 de dezembro de 2011) e esta sendo apresentado R\$1.117 passivo circulante, e R\$11.821, não circulante na rubrica obrigações sociais e tributárias.

Composição do Refis-Lei 11.941/2009 em 31 de dezembro de 2012:

Tributos	Valor líquido após benefícios da lei 11.941	Liquidados com Créditos Fiscais IRPJ e CSLL s/ Prejuízos Fiscais	Liquidados com Depósitos Judiciais	Pagamento à vista RFB-PGFN INSS	Valor Parcelado em 31.12.2012
PIS – RFB	2.741	(2)	-	(6)	2.733
COFINS – RFB	11.570	(2.195)	-	(5.585)	3.790
IRRF – RFB	2.481	(4)	-	(490)	1.987
CSLL-RFB	79	-	-	-	79
CSLL – RFB	2.797	(7)	-	(33)	2.757
IRPJ – RFB	2.703	(1)	-	(5)	2.697
IRPJ- RFB	6.339	(195)	(5.415)	(729)	-
IRPJ- IRRF- PGFN	37	(7)	(20)	(10)	-
IRPJ – PGFN	3.983	(57)	(3.926)	-	-
CSLL – PGFN	1.372	(23)	(1.349)	-	-
INSS – PGFN	238	-	(228)	(10)	-
Total Consolidado	34.340	(2.491)	(10.938)	(6.868)	14.043
Atualização Monetária	-	-	-	-	4.030
Amortizações	-	-	-	-	(5.135)
Saldo em 31.12.2012	-	-	-	-	12.938

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E QUESTIONAMENTOS LEGAIS

a) A Companhia adota o critério de constituir provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável. Em 31 de dezembro de 2012, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$5.257 – controladora e R\$7.638 – consolidado (31 de dezembro de 2011: R\$5.678– controladora e R\$8.059 – consolidado). O montante constituído das provisões está sendo apresentado neste exercício líquido dos depósitos judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Passivo circulante				
Provisão para contingências	27.910	14.103	29.010	15.203
(-) Depósitos judiciais	(2.286)	(1.389)	(3.386)	(2.489)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	25.624	12.714	25.624	12.714

b) A Companhia postula, por meio de processo judicial no STF, impetrado em 2000, a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2012, calculado a partir de 1995 até o advento das Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/04, ainda não contabilizado, está em R\$30.515– controladora e consolidado (31 de dezembro de 2011: R\$29.649 – controladora e consolidado). Atualmente, essa tese encontra-se com julgamento suspenso no Supremo Tribunal Federal, por pedido de vistas de ministros, e está com placar favorável aos contribuintes de seis votos, contra um para o fisco.

c) A Companhia e a controlada, Real Empreendimentos S.A., esta na qualidade de terceira outorgante de hipoteca garantidora, são réus em ação ordinária de cobrança movida por Sonae Distribuição do Brasil (sucendida por WMS Supermercados do Brasil Ltda) que em 28 de julho de 2010 foi julgada, em primeiro grau, parcialmente procedente, com condenação ao pagamento de R\$38.981. A Companhia protocolou apelação, julgada em novembro de 2011 pela 12ª Câmara Cível, dando provimento parcial às suas pretensões, reduzindo o valor inicial de condenação para R\$17.737, e reconhecendo o direito a juros de mora de 1% a.m., mais IGP-M, contados do ajuizamento da ação (março 2004). Ambas as partes interpuseram embargos de declaração.

A estimativa dos consultores legais da companhia é que a improcedência é uma hipótese provável e a redução do valor da condenação uma hipótese possível. A ação, se definitivamente julgada procedente contra a Companhia, estará com sua execução garantida pela já referida hipoteca constituída pela Real Empreendimentos S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	RESPONSÁVEIS TÉCNICOS
Lauro de Oliveira Lapa (Presidente)	Luciano Adures de Oliveira (Diretor-presidente)	Everaldo Luiz Meireles Gonçalves (Gerente Geral de Controladoria)
Luciano Adures de Oliveira (Vice-presidente)	Augusto Lauro de Oliveira Júnior (Diretor-Vice Presidente e Relações c/ Investidores)	TC-CRC 46.376
Ary Teixeira de Oliveira	Luiz Augusto Barcelos Krause (Diretor Comercial)	Mara Lúcia Soares da Fonseca (Contadora CRC-RS 50.772)
Augusto Lauro de Oliveira Júnior		
Joaquim Luiz Teixeira de Oliveira Júnior	Marcelo Augusto Furlan dos Santos (Diretor administrativo e financeiro)	
João Carlos de Oliveira Júnior		
Sérgio Martins de Oliveira (Conselheiros)		